



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR
Vol. VIII (2007)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Uma fronteira do Império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII

Fábio Kühn 

Como Citar | How to Cite

Kühn, Fábio. 2007. «Uma fronteira do Império: o sul da América portuguesa na primeira metade do século XVIII». *Anais de História de Além-Mar* VIII: 103-121. <https://doi.org/10.57759/aham2007.37607>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2007. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2007. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

UMA FRONTEIRA DO IMPÉRIO: O SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

por

FÁBIO KÜHN*

O interesse português pelas terras meridionais da América acentuou-se a partir do final do século XVI, com o surgimento de Buenos Aires em 1580. Essa povoação, fundada pelos espanhóis, foi assediada pelos comerciantes lusitanos em princípios do século XVII. A conjuntura da União Ibérica assistiu à instalação de importantes grupos de portugueses em Buenos Aires, introduzindo escravos e produtos europeus na região, minando, desse modo, o exclusivo comercial espanhol e captando para si uma parte da prata potossina que circulava nos circuitos mercantis¹. Durante esse período, consolidaram-se os interesses lusitanos na região platina, ainda mais que, diante da perda das possessões portuguesas no Extremo Oriente, os domínios atlânticos passavam a ganhar cada vez mais importância.

Os imigrantes portugueses que chegaram a Buenos Aires não somente vieram seduzidos pela potencial atividade mercantil daquele porto, mas também – na medida em que muitos eram cristãos-novos – pela liberdade que implicava a ausência de um tribunal inquisitorial na região, livre das temíveis visitas que percorriam o nordeste brasileiro na mesma época. Uma boa parte dos portugueses que chegaram vieram respaldados de importantes cabedais monetários, como por exemplo o caso de Diego da Veiga, que se converteria em um dos mais importantes líderes do grupo dos Confederados, que reunia os principais homens de negócio de Buenos Aires. Este grupo

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Porto Alegre, Brasil.

¹ A partir de 1595 iniciou-se a introdução de escravos africanos na América Espanhola pelo sistema de *asiento*, em regime de monopólio. O trato negreiro, uma vez estabelecido o sistema de *asiento*, ficou quase que exclusivamente nas mãos de portugueses. Cf. PERUSSET, Macarena. *Contrabando y Sociedad em el Rio de la Plata colonial*. Buenos Aires: Dunken, 2006, p. 36. Ver também SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negreiro*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981, pp. 141-150.

mercantil acabaria tomando o poder no Cabildo local durante o primeiro quartel do século XVII, misturando-se com as famílias dos Beneméritos (conquistadores e terratenentes) através de uniões matrimoniais².

A partir de 1640, diante do vitorioso movimento de independência liderado pelos Bragança e do eminente fim da União Ibérica, aconteceria a expulsão da maioria dos portugueses estabelecidos de Buenos Aires. Na ata de desarmamento de 1643 encontravam-se 108 cabeças de família de origem portuguesa na cidade, totalizando cerca de 370 indivíduos, algo como 15% de toda a população branca. Uma minoria, é verdade, mas com um forte enraizamento social e alcance comercial³. Tanto é que foi extremamente difícil concretizar a expulsão desta população lusitana, na medida em que não se tratavam de homens «suelos», mas sim de «vecinos» amplamente integrados na elite da cidade⁴. Após a ascensão dos Braganças ao trono de Lisboa, os portugueses que foram impedidos de permanecer nos portos hispano-americanos reorientaram seus circuitos comerciais, notadamente aqueles ligados ao *asiento* de escravos africanos, procurando voltar-se para o Brasil, o único mercado aberto às suas atividades⁵.

Os comerciantes lusitanos chegaram a exercer pressões para que fosse fundado um posto avançado de domínio português, uma nova colônia no Prata. Mas, naquela altura não foi possível para a Coroa atender imediatamente a esse pedido, já que ela não teria como abrir uma nova frente de expansão, justamente quando os portugueses estavam sendo assolados em duas frentes: na Europa, os espanhóis não aceitavam a autonomia lusitana, movendo uma guerra que durou até 1668; no ultramar, os holandeses ameaçavam seriamente, sendo já senhores do Nordeste brasileiro, de onde somente seriam expulsos em 1654. Portanto, antes da década de 1670, a Coroa portuguesa não teve como implementar o seu projeto expansionista na América meridional. O certo é que a nova conjuntura de enfrentamentos entre as nações ibéricas restringiu a presença portuguesa no Prata, que somente voltaria a adquirir importância durante o governo de D. Pedro II (1668-1706). Foi a partir de então que as atenções da política portuguesa se voltaria de forma prioritária para o Atlântico e para o Brasil⁶. Nesta nova

² PERUSSET, *op. cit.*, pp. 37-38. A respeito da presença portuguesa, ver também o trabalho clássico de CANABRAVA, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, Boletim XXXV, 1944.

³ GONZÁLEZ LEBRERO, Rodolfo E. *La pequeña aldea – Sociedad y economía en Buenos Aires (1580-1640)*. Buenos Aires: Biblos, 2002, p. 89; CANABRAVA, *op. cit.*, p. 140.

⁴ A este respeito, ver TRUJILLO, Oscar José. «Facciones, parentesco y poder: la elite de Buenos Aires y la rebelión de Portugal de 1640» in: CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.) *Las redes del Imperio – Elites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*. 2007.

⁵ ALENCASTRO, Luís Felipe. «Le versant brésilien de l'Atlantique-Sud: 1550-1850» in: *Annales*, ano 61, n.º 2, março-abril de 2006, p. 341.

⁶ MONTEIRO, Nuno. «D. Pedro II regente e rei (1668-1706). A consolidação da dinastia de Bragança» in: HESPANHA, António M. (coord.) *História de Portugal*, volume 4, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 412.

ordem das coisas, o Brasil e o região platina passaram a ter uma importância até então desconhecida. A periferia começava a adquirir uma nova centralidade.

A Colônia do Sacramento: uma praça mercantil no Prata

A nova colônia portuguesa, fundada em 1680, estava situada estrategicamente na frente de Buenos Aires, do outro lado do rio da Prata, em terras do atual Uruguai, sendo um empreendimento patrocinado, na prática, pelos grandes comerciantes fluminenses⁷. A primeira fundação da Colônia do Sacramento foi feita sob a liderança de Dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro. Esse ato de ocupação territorial provocou uma reação imediata dos espanhóis estabelecidos em Buenos Aires. O governador desta cidade, José de Garro, enviou uma poderosa força, composta por quase quatro mil homens, sendo a maioria dos combatentes composta por índios guaranis missionários, enviados pelos jesuítas. Esta força em pouco tempo expulsou os portugueses da região. Mas o que Portugal perdia nas armas, soía reaver no campo diplomático, e, dessa forma, já no ano seguinte (1681), a Colônia do Sacramento voltava a ser lusitana⁸.

A partir de 1683, o novo governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira, enviou tropas, armamentos e novos povoadores para a Colônia, reabilitando a fortaleza. Iniciou-se, então, um período de pouco mais de duas décadas em que a povoação começou a ter um certo desenvolvimento, com base no comércio de couro e na produção tritícola. Este período foi definido pela historiografia como o do «tráfico dos governadores», justamente pelo destaque que estes personagens tiveram em animar as atividades comerciais do enclave platino⁹. Assim sucedeu na administração dos três primeiros governadores da praça, a principiar por Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689)¹⁰, acusado de beneficiar-se do contrabando com os castelhanos de Buenos Aires. O seu sucessor, D. Francisco Naper de Lancastre (1689-1699) teve que enfrentar uma breve conjuntura de maiores restrições aos contatos comer-

⁷ «Sacramento era a corporificação de uma demanda repetida da Câmara carioca pela fundação de uma colônia que incrementasse as tradicionais relações entre o Rio de Janeiro e a região do Rio da Prata. (...) A Colônia do Sacramento tornar-se-ia, na prática, uma autêntica colônia fluminense. Era do Rio de Janeiro que partiam os alimentos, recursos, homens e munições que garantiam a sua atribulada existência». Cf. SAMPAIO, Antônio C. J. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, pp. 146-147.

⁸ PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, F. P. Prado, 2002, pp. 91-93; MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937.

⁹ JUMAR, Fernando A. *Le commerce atlantique au Rio de la Plata (1680-1778)*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2000, p. 222; PRADO, *op. cit.*, p. 92.

¹⁰ POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento – Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2006, pp. 342-345.

ciais com Buenos Aires, mas durante o governo de Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705)¹¹ os esforços no sentido do desenvolvimento do comércio ilícito ganharam renovadas proporções, somente sendo interrompidos com a nova ocupação castelhana da Colônia, decorrente da conjuntura política da Guerra da Sucessão espanhola¹². De fato, a morte de Carlos II levou a mudanças na política platina da Corte de Madri e os portugueses novamente foram expulsos da região do Prata. Porém, mais uma vez, pela atuação bem conduzida da sua diplomacia, o território foi recuperado, sendo que a Colônia atingiria seu ápice justamente durante o longo reinado de D. João V, não obstante ter sofrido cerca de um decênio de inatividade (1705-1715).

Em função do Tratado de Utrecht (1715), que previa a devolução da cidadela aos portugueses, foram retomados os planos de ocupação da Colônia. Começava assim uma fase de «colonização dirigida», marcada pela nomeação de Manuel Gomes Barbosa (1715-1722) como novo governador¹³. Em 1716, D. João V concedia a Antônio Rodrigues Carneiro, natural de Trás-os-Montes, a patente de sargento-mor da Colônia, como recompensa pelo oferecimento em partir como voluntário para repovoar o território. Desta forma, aconteceu o recrutamento de sessenta casais trasmontanos que formaram a base da população desta segunda fase da Colônia. Em uma primeira leva chegaram 321 pessoas, aos quais foram acrescidos nos anos seguintes novos emigrantes, provenientes dos Açores¹⁴. Em 1718, viviam na Colônia e seus arredores mais de 1040 habitantes, ainda em uma situação relativamente precária, se comparada ao período anterior. Contra a administração do governador Barbosa pesavam duras acusações, entre elas as denúncias por parte de particulares sobre o monopólio do acesso à campanha e do comércio com o Rio de Janeiro. Além disso, era acusado de extorquir dinheiro pelas terras que deveria dar gratuitamente aos povoadores e de aproveitar-se das mulheres dos lavradores, fatos que podem ter aumentado as deserções de colonos enviados à região¹⁵.

¹¹ Para um estudo biográfico acerca do último governador da Colônia durante a primeira fase de sua existência, ver SOUZA, Laura de Mello e. «Os motivos escusos: Sebastião da Veiga Cabral» in: *O Sol e a Sombra – Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 253-283.

¹² ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, especialmente pp. 237-288.

¹³ Em 1715, através de carta de lei, D. João V ordenava que o governador da praça de Santos, Manuel Gomes Barbosa, tomasse posse e governasse a Nova Colônia do Sacramento. Ver AHU – Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 35. No entanto, somente em 22 de outubro de 1716 o novo governador chegaria naquela praça, retomando a posse do território. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino (13.08.1717) in: *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras e Publicações, vol. XCVII, 1952, pp. 58-59.

¹⁴ POSSAMAI, *op. cit.*, p. 258 e 264; para um detalhado estudo genealógico destas famílias, ver RHEINGANTZ, Carlos. «Povoamento do Rio Grande de São Pedro: a contribuição da Colônia do Sacramento» in: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Volume II, Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979, pp. 11-524.

¹⁵ PRADO, *op. cit.*, p. 175; POSSAMAI, *op. cit.*, p. 255 e 263.

No intuito de limitar a expansão lusitana, o segundo Tratado de Utrecht delimitou a extensão da Nova Colônia à distância alcançada por um «tiro de canhão», ou seja, os novos povoadores estariam praticamente confinados ao território da cidadela fortificada. Porém, as coisas não aconteceram exatamente como os espanhóis esperavam, pois, depois de sua segunda fundação, a Colônia entrou numa fase de esplendor econômico e social que correspondeu aproximadamente ao governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749). Ainda no primeiro ano do seu longo mandato, Vasconcelos determinou a realização de um recenseamento completo da Colônia, que oferece uma boa idéia do que era essa fortaleza portuguesa no Prata. A população total somava então cerca de 1388 habitantes, distribuídos em 235 fogos e 82 casais (povoadores trazidos pela Coroa). No total, 403 moradores eram militares, embora o governador Vasconcelos notasse que havia 527 «homens capazes de tomar em armas». Havia muito poucas mulheres (377) em comparação como o número de homens (1011), o que era típico de uma região de fronteira, de ocupação recente e fortemente militarizada. Os escravos não eram muito numerosos, totalizando apenas 20% da população (294 indivíduos). Além das informações demográficas, temos dados sobre as ocupações de seus moradores, que pertenciam basicamente a três grupos, se excluirmos as atividades castrenses: lavradores, mercadores e artesãos (carpinteiros, sapateiros, alfaiates, ourives, etc.)¹⁶.

O governador Antônio Pedro de Vasconcelos vinha com a missão de modificar a relação da autoridade régia com as elites locais, visando promover o crescimento do comércio e da povoação na Colônia platina. De fato, Vasconcelos encabeçaria uma poderosa rede de poder e negócios. Como membros desta rede constavam alguns indivíduos de destaque na praça: o sargento-mor de infantaria Manuel Botelho de Lacerda, homem de negócio e juiz da Alfândega a partir de 1729; o comerciante inglês João Burrish, que era casado com uma filha de Botelho de Lacerda, ou ainda os almoxarifes da Fazenda Real José da Costa Pereira e Manuel Pereira do Lago, ambos capitães de ordenanças e negociantes. Progressivamente, o governador enraizou interesses e alianças com os poderosos locais, ao ponto que no final da sua administração eram quase imperceptíveis as diferenças entre os interesses da autoridade externa e das elites locais¹⁷.

Em 1726, diante da ameaça que a Colônia portuguesa passou a representar, os espanhóis fundaram a sua primeira povoação na Banda Oriental. Com a fundação de Montevideú, foi criada uma base para evitar a expansão lusitana por todo o território que era nominalmente castelhano. Desta forma, a política espanhola em relação à Colônia só se tornou mais repressiva com o passar dos anos. Entre 1735 e 1737, ocorreu um eficaz cerco espanhol à Colônia, que na época tinha cerca de 2.600 habitantes¹⁸. Esse longo cerco

¹⁶ PRADO, *op. cit.*, pp. 97-99.

¹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 175-178.

¹⁸ Para um relato contemporâneo dos fatos, ver SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* (1737). Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

trouxe a fome aos seus habitantes e levou muitos a abandonarem a cidadela sitiada. Alguns destes «colonistas» se tornaram os primeiros povoadores do presídio do Rio Grande, fundada em 1737 pela expedição de Silva Pais, que justamente procurava criar um ponto de apoio para tentar salvar a Colônia. A Colônia do Sacramento permaneceu portuguesa, mas, a partir de 1737, os espanhóis iniciaram o «Campo de Bloqueio», o que significou o fim do entorno agrícola do vilarejo, que abrangia uma grande extensão. Aliás, a constatação da importância das atividades agrícolas fez com que a historiografia recente passasse a ver a Colônia como algo mais do que um simples «ninho de contrabandistas». O comércio, sem dúvida, era a razão de ser da Colônia, mas também havia uma produção agrícola que não pode mais ser negligenciada.

Com a saída de Vasconcelos em 1749, assumiria o poder o governador Luís Garcia de Bivar. Novamente, facções da elite local fariam alianças com o representante do poder régio. Neste caso, a rede envolvia o novo governador, o irmão de Manuel Botelho de Lacerda e o próprio governador de Buenos Aires, José de Andonaegui¹⁹. Com o Tratado de Madri e as novas políticas pombalinas, as realidades da Colônia do Sacramento e do Prata sofreriam profundas mudanças. Mudanças que resultariam na perda definitiva daquele território em 1777 e no abandono momentâneo das pretensões na região. Somente em princípios do século XIX, com o governo de D. João VI no Brasil, a política platina ganharia novo impulso, que culminaria com a anexação da Cisplatina ao território do Império luso-brasileiro.

Laguna: uma vila em movimento

Se na fundação da Colônia do Sacramento a Coroa portuguesa recorreu a um modelo de praça forte ou fortaleza militar (e ao mesmo tempo, pólo comercial), no caso de Laguna, o processo de ocupação seguiu um modelo mais tradicional, onde a partir da expansão de famílias da capitania de São Paulo foram colonizadas terras virgens e combatidos os indígenas, dando origem aos povoados, que acabariam se tornando vilas. A fundação do povoado de Laguna inseriu-se dentro dos estertores da exploração bandeirista do século XVII. De fato, o estabelecimento português ocorreu no último quartel deste século, quando o santista Domingos de Brito Peixoto e seu filho Francisco de Brito Peixoto estabeleceram-se no local conhecido anteriormente como a «Lagoa dos Patos», no sul de Santa Catarina, após algumas tentativas frustradas. Essas iniciativas promovidas por Domingos Brito Peixoto dão a esta fundação a característica inequívoca de uma empresa familiar paulista, conforme ele mesmo expressou a El-Rei: «*Vou à minha custa com meus filhos, parentes e amigos, com desígnio de mandar fazer diligência por prata, porque por alguns sinais entendo não faltará*»²⁰.

¹⁹ PRADO, *op. cit.*, p. 182 e 184.

²⁰ AHU-RJ, n.º 1632 (Castro Almeida). *Carta de Domingos de Brito Peixoto, residente na vila de Santos, em que expõe ao Rei a sua pretensão de povoar a Laguna e se oferece ao seu Real serviço*. Santos, 10.02.1688.

A expansão para o Sul neste momento ainda se orientava pela miragem metalista, o desejo luso de descobrir seu próprio Eldorado. Cabe lembrar que as minas auríferas ainda não haviam sido oficialmente descobertas, o que dava alguma atratividade ao projeto de povoamento de Laguna, terra vizinha às possessões castelhanas. Neste ponto, o fundador de Laguna seguia o paradigma paulista do expansionismo voltado para a fronteira, em busca das riquezas do sertão, fossem elas o «ouro vermelho» da mão-de-obra indígena, fossem as tão cobiçadas minas de prata, que se supunha existissem por estas latitudes.

O vilarejo de Laguna permaneceu em uma situação bastante difícil nos anos iniciais da sua fundação, mas em 1693 começou a ser construída a igreja paroquial, sinal de que já havia moradores suficientes²¹. Nos primeiros anos o crescimento do povoado foi bastante incipiente, sendo que em 1715 a vila criada no ano anterior tinha somente trinta casais. No extenso relato feito pela primeira câmara lagunense²², constava uma imagem perfeitamente idealizada da vila de Laguna, uma verdadeira cornucópia meridional: «*Porquanto os ares e o clima são os mesmos de Portugal, que plantando-se trigo e cevada se dá melhor do que na mesma Europa, os mantimentos do Brasil muito melhor nesta terra que em toda a América*». Mais adiante, os oficiais da Câmara discorrem acerca das potencialidades da exploração do Rio Grande, mantendo o mesmo tom apologético: «No tocante ao Rio Grande, nos consta por vários moradores desta povoação, como pelo povoador dela (...) ser o dito Rio Grande *a melhor terra de toda a América do Brasil para se povoar*». Além destes atributos, o Rio Grande ainda trazia outras «conveniências», como a exploração das muitas minas de prata e ouro que poucas léguas distavam da barra do dito rio, sem contar a presença nos campos sulinos de um imenso rebanho de gado alçado (ou selvagem), na prática a única fonte real de riqueza nestes anos iniciais de ocupação²³.

Pouco mais de cinco anos depois da sua elevação à condição de vila, apareceu no povoado o Ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho. Este funcionário da Coroa foi personagem de relevo, não somente pelo cargo que ocupava, mas pela sua própria formação e trajetória profissional. Esta formação está expressa nos detalhados provimentos que deixou pelas vilas nas quais exerceu sua atividade correcional. Ela teve princípio em outubro de 1719, quando o ouvidor chegou a Paranaguá, onde permaneceu alguns dias, rumando em seguida diretamente para a última vila da costa brasileira naquela época: Laguna. Na seqüência, o ouvidor ainda visitou São Francisco e, galgando o planalto, a vila de Curitiba. Em janeiro de 1720, estando reu-

²¹ GALVÃO, Manuel do Nascimento da Fonseca. *Notas geográficas e históricas sobre a Laguna, desde sua fundação até 1750*. Desterro, Typ. De J. J. Lopes, 1884, p. 23.

²² AHU-RJ, n.º 4322 (Castro Almeida). *Informação do juiz e oficiais da povoação de Laguna de Santo Antônio*. Laguna, 06.01.1715.

²³ TAUNAY, Afonso de E. *Em Santa Catarina colonial – Capítulo de história do povoamento*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936, pp. 42-43.

nidos todos os homens bons da vila de Laguna, o ouvidor Pardino fez registrar 93 provimentos, acrescidos por outros sete que deixou na ilha de Santa Catarina²⁴.

Nesta primeira correição havida em Laguna, ficou evidenciada a precariedade material e administrativa do vilarejo, que carecia até mesmo de livros de registro para a Câmara. Nos provimentos que deixou, Pardino procurou organizar a nova vila, que em 1720 se compunha de «quarenta e duas casas de pau a pique, cobertas de palha e sem arruamento regular, contendo trezentas pessoas de confissão, que comerciavam em farinha, peixe seco, carnes salgadas e cordoaria de cipó imbé»²⁵. Muitos foram os temas abordados pelo Ouvidor nesta demorada correição, que procurou regular aspectos fundamentais para a existência da vila, desde o que se referia aos assuntos econômicos (embarcações, contrabando, agricultura, criação de gado, etc.) e urbanos (edificações e melhoramentos) até o que tangia à própria administração local, como os procedimentos dos oficiais da Câmara nos seus diversos campos de atuação²⁶.

Como assinalou Pujol, ao referir-se às iniciativas políticas do poder central, «não foi de estranhar que a paulatina presença de elementos exteriores, procedentes de instâncias de âmbito superior (como os juízes de fora e os corregedores portugueses), se fizesse mais pela via do paternalismo do que pela via da imposição e que respeitasse em boa medida o consenso»²⁷. No caso da vila de Laguna, tal ponderação parece ter todo sentido, na medida em que esta era uma localidade ainda incipiente, carente em todos os aspectos materiais e organizacionais, onde o próprio poder local ainda dava os primeiros passos.

Numa relação de «papéis e livros existentes na Câmara» em 1723, encontramos a possibilidade de vislumbrar a sociedade lagunense através da atividade administrativa e judicial do seu próprio poder camarário. Esta relação foi enviada pelo escrivão da Câmara atendendo a uma determinação da Coroa, que ordenou uma «cópia de todas as notícias da capitania de São Paulo», que deveriam ser extraídas dos arquivos e cartórios e enviadas para a Academia Real de História Portuguesa, criada no governo de D. João V. Em carta ao governador paulista, o escrivão lagunense informava do envio

²⁴ LACERDA, Arthur Virmond de. *As Ouvidorias do Brasil Colônia*. Curitiba, Ed. Juruá, 2000, pp. 79-85. Rafael Pires Pardino, depois de ocupar o cargo de ouvidor da comarca de São Paulo, retornou ao Reino, assumindo novas funções na Casa de Suplicação. Em 1734 retornaria ao Brasil, nomeado Intendente do Distrito Diamantino. Anos depois, em 1743, graças ao seu grande conhecimento dos assuntos coloniais, foi indicado para um assento no Conselho Ultramarino.

²⁵ GALVÃO, *op.cit.*, p. 25.

²⁶ Para os provimentos de Pardino, ver DALL'ALBA, João Leonir. *Laguna antes de 1880 – Documentário*. Florianópolis, Ed. Lunardelli/UFSC, 1976, pp. 94-106.

²⁷ PUJOL, Xavier Gil. «Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII» in: *Penélope*. n.º 5, 1991, p. 135.

da dita relação, acrescentando ainda que «*nesta [vila] não há cousa de papéis, pergaminhos, privilégios, nem doações*», o que faz entrever uma ocupação ainda recente do território²⁸. Naquele ano de 1723, o arquivo da Câmara já acumulava um bom número de livros e papéis, após a adoção das disposições do ouvidor Pardinho. Existiam quatro livros (vereações, receitas & despesas, registro geral e provimentos & posturas) e quatro pautas, uma delas feita pelo próprio ouvidor em 1720. Além destes documentos, haviam 22 mandados de despesas ao procurador, 14 processos de inventário e 3 testamentos. No que concerne ao aspecto judicial, constavam 15 devassas, sendo seis delas as chamadas «gerais», realizadas anualmente, além de outras cinco por morte, três por suborno e uma sobre atividades de contrabando com os franceses. Um número que impressiona pode ser extraído ainda do «rol dos homiziados» que consta na relação: nada menos do que 22 pessoas encontravam-se foragidas da justiça, talvez quase 10% do número total dos moradores nesta época, dado que indica uma sociedade muito violenta, onde os homicídios eram uma prática constante²⁹. Os que mais sofriam com a violência cotidiana eram os indígenas, além dos forasteiros. Entre os aspectos que merecem atenção, o mais significativo é a presença recorrente de filhos bastardos do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto entre os acusados dos crimes cometidos. Não devia ser nada fácil para os juízes ordinários levarem adiante os processos nos quais estavam implicados os parentes do capitão-mor: certamente poderia haver tentativa de pressão para abafar as devassas, resultando num potencial gerador de conflito entre as duas principais autoridades da Vila (o capitão-mor Brito Peixoto e a Câmara).

Outro documento revelador, embora sob uma ótica distinta, da vila de Laguna nos seus primórdios é o «auto de residência» do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, realizado no ano de 1726 pelo ouvidor geral de Paranaguá, Antônio Álvares Lanhas Peixoto. Na carta que enviou ao Conselho Ultramarino, juntamente com o referido auto, o Ouvidor começou quase que se desculpando: «E porque nesta Vila há penúria de gente, me foi preciso para o complemento do número de testemunhas perguntar a alguns parentes seus [do capitão-mor], e alguns menores de vinte e cinco anos e maiores de quatorze anos...». Para completar as sessenta testemunhas exigidas em um auto de residência, o ouvidor teve que adaptar a legislação a uma situação inusitada, marcada pela insuficiência de depoentes «neutros» sobre as atividades do capitão-mor. Se tomarmos as sessenta testemunhas, veremos que quinze declararam algo sobre o «costume», ou seja, sobre a relação de parentesco existente entre os depoentes e o sindicado. Baseado nestes depoimentos e também numa «informação extrajudicial exata que fiz», pode

²⁸ AESP. Caixa 257, maço 25, pasta 4, 25.4.7: *Carta da Câmara de Laguna para o governador da capitania de São Paulo [Rodrigo Cesar de Menezes]*. Laguna, 10.11.1723.

²⁹ AESP, Caixa 257, maço 25, pasta 4, 25.4.6: *Translado do Livro em que estão lançados os títulos dos Livros e mais papéis que há no Cartório desta Vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, termo da cidade de São Paulo*. 09.11.1723.

concluir o magistrado, que «é notável o cuidado com que se emprega no aumento desta Vila, que seu pai primeiro povoou, e parece-me que por aumentar o Real Domínio não só trabalha com incessante cuidado, mas dispense liberal[mente] da sua fazenda»³⁰.

Como exemplo deste zelo e dedicação a Sua Majestade, Lanhas Peixoto referiu-se a uma expedição, que dá conta do tipo de atividade exercida pelo capitão-mor e seus parentes: «De presente mandou trinta pessoas até o Rio Grande, jornada daqui de pouco menos de um mês, e por cabo desta bandeira ou tropa vai João de Magalhães seu genro, (...) e desta gente retrocederam alguns, e estão para voltar e trouxeram quatorze índios...». Mas esta expedição não era uma mera bandeira de apresamento, pois Magalhães tinha também ordens para fundar uma povoação no «sítio do Rio Grande» (o que de fato só aconteceu em 1737) e estabelecer contatos amistosos com os indígenas minuanos, visando especialmente assegurar o livre fluxo de gado que vinha das terras castelhanas. Ou seja, a expedição do genro do capitão-mor de Laguna, para além de suas pretensões escravistas, tinha também uma função estratégica e econômica. Mesmo que não tenha fundado a povoação de Rio Grande, incorporou ao conhecimento português toda uma vasta região de campos naturais propícios à atividade pecuária, assegurando a ocupação posterior dos Campos de Viamão a partir da década de 1730³¹.

O auto de residência realizado em 1726 nos oferece ainda alguns elementos interessantes para a compreensão da configuração social lagunense, se considerarmos que, na falta de uma lista nominativa de habitantes da Vila, ele nos apresenta um panorama quase completo dos seus moradores. Em 1727 havia 65 casais no povoado, sendo que o auto de residência toma depoimentos de 60 testemunhas: assim, torna-se possível pensar que a grande maioria dos chefes de família depôs perante o Ouvidor. Destes sessenta depoimentos, dez foram dados por menores ou dependentes de algum chefe de família, por isso serão desconsiderados. Portanto, dentro de um universo de cinquenta testemunhas, temos o seguinte panorama quanto às ocupações referidas: dezoito lavradores, dezesseis fazendeiros e doze indivíduos pertencentes aquela categoria que vem sendo designada como a «nobreza da terra»: sob esta denominação estão incluídos tanto os «principais» da Vila, quanto os oficiais da Câmara local. Outros quatro indivíduos estavam enquadrados em ocupações diversas. O que deve ser ressaltado é a caracterização desta sociedade como predominante agropecuária, sendo que dois terços dos

³⁰ AHU-SC. Caixa 1, doc. 2. CARTA do ouvidor-geral de Paranaguá, Dr. Antônio Álvares Lanhas Peixoto, ao rei [D. João V], comunicando que suspendeu o auto de residência que tirou ao capitão-mor da vila de Laguna, Francisco de Brito Peixoto. Laguna, 14.04.1726.

³¹ Para detalhes sobre esta expedição ou bandeira (denominada como a «frota de João de Magalhães»), ocorrida em 1725 e considerada um dos atos fundacionais do Continente, ver a narrativa tradicional de FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2001, 2.^a ed., pp. 19-36 [1.^a ed.: 1940]. Ver também CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período colonial*. Porto Alegre, Editora Globo, 1970, pp. 91-93.

depoentes ocupavam-se da lavoura, especialmente do cultivo da mandioca para a produção de farinha ou cuidavam de suas fazendas de gado. Atividades voltadas para o mercado interno, diferentemente da produção açucareira nordestina.

Em uma representação que enviou ao Rei no final da vida, o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto relembra de maneira sucinta os seus esforços feitos nos seus últimos anos, suplicando ao monarca que «ao menos na minha velhice veja premiados os grandes trabalhos e despesas, que eu e meu pai, que Deus haja, temos padecido em fazer e aumentar esta povoação para aumento deste Estado e fazenda de Vossa Majestade». O prêmio pretendido, ou como consta no documento, a «mercê», seria «uns campos e terras que começam de um rio que chamam Tramandahy, da parte do Norte, correndo o caminho do Sudoeste da parte de dentro até o Rio Grande (...) que peço à Vossa Majestade para mim e minhas famílias...». A concessão solicitada era bastante vasta, mas seria supostamente compatível com a longa folha de serviços prestados por Brito Peixoto, pelo menos na sua opinião. Cabe observar que ele pediu a recompensa para si e para suas «famílias», o que revela que mesmo não tendo contraído matrimônio e institucionalizado uma família nos moldes tridentinos, houve uma preocupação da sua parte com seus descendentes, aqui entendidos enquanto os seus filhos e filhas naturais. De toda forma, apesar do parecer favorável da Câmara da vila de Laguna, as pretensões do capitão-mor não foram logradas e ele acabaria seus últimos dias na povoação que ajudara a fundar, ali falecendo em 1735³². A esta altura, muitos lagunenses já povoavam os Campos de Viamão, expandindo a fronteira ainda mais em direção ao Sul.

A ocupação do Rio Grande de São Pedro: os Campos de Viamão e o presídio do Rio Grande

Os Campos de Viamão abrangiam uma área de considerável extensão no nordeste do atual estado Rio Grande do Sul. Os tais campos corresponderiam às terras situadas ao sul do rio Mampituba (que hoje faz divisa com Santa Catarina), tendo ao leste o Oceano Atlântico, e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos. Para os paulistas e lagunistas que exploraram o Rio Grande a partir do «Caminho da Praia», os campos eram todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro³³.

³² AHU-SC. Caixa 1, doc. 4. *CARTA do capitão-mor e povoador da vila de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, ao rei [D. João V], sobre os serviços prestados pelo seu pai no povoamento destas terras e solicitando a mercê de concessão de uns campos e terras que começam no rio de Taramandaí, da parte do norte, correndo até o Rio Grande*. Laguna, 20.08.1732; AESP, Lata 257, maço 25, pasta 4, 25.4.17: *CARTA da Câmara de Laguna ao governador de São Paulo, Conde de Sarzedas*. Laguna, 10.11.1734. No parecer da Câmara os oficiais reconheceram a importância do capitão-mor como facilitador do caminho que ligava a vila aos campos sulinos.

³³ CESAR, G. *op. cit.*, p. 88.

Na verdade, os tais campos tinham uma extensão um tanto quanto indefinida, que abarcava praticamente todos os territórios setentrionais do Continente do Rio Grande até meados do século XVIII. A paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, criada em 1747, era imensa nos seus princípios, mas deu origem, nas décadas seguintes, a diversas outras freguesias, como Triunfo (1756), Santo Antônio (1763) e Porto Alegre (1772), entre outras.

Através da escritura pública feita na vila de Laguna em 26 de abril de 1741, Francisco Carvalho da Cunha «fazia doação e dote a uma capela, que novamente erigia com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, sita nos Campos de Viamão», que consistiu em uma légua de terras, além de setenta animais vacuns e cavalares, avaliados conjuntamente em quantia superior a 100 mil réis. Este patrimônio deveria ser suficiente para sustentar a pequena igreja, que além dos rendimentos provenientes dos animais doados, poderia contar com os ingressos dos terrenos que seriam aforados. Registrada esta doação, o bispo do Rio de Janeiro concedeu a licença eclesiástica necessária para a ereção da Capela em 19 de setembro do mesmo ano³⁴. Sabemos pouca coisa a respeito do fundador da Capela, exceto que era solteiro e que fora um dos primeiros tropeiros a percorrer o caminho de Viamão até São Paulo. Ele não era lagunista, mas sim minhoto, natural de Celorico de Basto, no arcebispado de Braga. Nem tampouco mantinha relações muito próximas com os lagunistas, visto que somente aparece uma vez como padrinho nos registros paroquiais de Viamão. Era homem de certo prestígio, que contava inclusive com a proteção do governador de São Paulo na defesa de seus interesses. Ainda na década de 1730 adquiriu a denominada Estância Grande, da qual desmembrara uma légua em benefício de Nossa Senhora da Conceição³⁵.

A freguesia de Viamão, originada da modesta capela rural freqüentada pelos lagunenses, passaria por transformações radicais ao longo da segunda metade dos Setecentos, tornando-se o epicentro da vida política e econômica do Continente, em particular durante o período de guerra com os espanhóis (1763-1776), quando a única vila existente (Rio Grande) havia sido ocupada pelo inimigo. Já entre 1746 e 1751 a capela e depois freguesia de Viamão passou por um rápido crescimento populacional, que praticamente triplicou (de 282 para cerca de 800) o número de fregueses. A grande «arrancada» no povoamento de Viamão se deu entre finais da década de 1740 e princípios da década de 1750, quando o número de fogos mais do que duplicou, em um período ainda anterior à migração açoriana, que por seu turno modificariam

³⁴ [Translado] da escritura de doação de dote que fez Francisco Carvalho da Cunha a uma capela por invocação N. Sr.^a da Conceição, sita nos Campos de Viamão, distrito da vila de Laguna in: FLORES, Moacyr. «Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão». *Estudos Ibero-Americanos*. v. XXV, n.º 2, dez. 1999, pp. 199-200; RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul – época colonial*. Porto Alegre, Edipucrs, 1994, pp. 71-72.

³⁵ AESP. Caixa 257, maço 25, pasta 4, 25.4.20. *Lista dos fronteiros que se acham no Distrito desta Vila da Laguna nas campanhas do Rio Grande* [1735]; AHCMPA. 1.º Livro de Batismos de Viamão (1747-1759), fl. 12v (termo de 06.04.1749).

completamente o padrão demográfico da freguesia. Vários motivos podem ter contribuído para que a região se tornasse atraente aos olhos de muitos povoadores nesta conjuntura: o relativo esvaziamento econômico de Laguna, que provocou a migração de alguns de seus moradores para Viamão; a fundação do presídio e freguesia de Rio Grande em 1737, ponto de referência para a população portuguesa residente em Viamão, que para lá se deslocava para batizar seus filhos, por exemplo; ou ainda a própria dinâmica econômica da região, cada vez mais integrada aos mercados consumidores de gado do Sudeste brasileiro (São Paulo e Minas Gerais).

Para além da importância do substrato lagunense nos anos iniciais da freguesia, cabe também referir a importância do aporte de moradores oriundos da Colônia do Sacramento. A possessão portuguesa no Prata foi objeto de acirradas disputas pelas Coroas ibéricas, como é bem sabido, o que resultou em diversos momentos de apreensão para sua população. Nestes momentos de crise, parte da população emigrava, como durante os ataques castelhanos de 1735-1737 e 1762-63. O impacto da primeira onda migratória, ocorrida em meados da década de 1730 se fez sentir primeiro na vila do Rio Grande, visto haver um caminho ligando ambas as localidades: «Os primeiros povoadores luso-brasileiros civis ao chegar ao Presídio foram antigos povoadores da Colônia do Sacramento, atraídos pela posição mais segura do Rio Grande e pelas amplas possibilidades de acesso à terra que esse oferecia, em comparação com a praça da Colônia, limitada pela vigilância constante da administração espanhola»³⁶. Dali, uns quantos acabaram vindo para os Campos de Viamão, dando origem a algumas das principais famílias locais. Com a assinatura do Tratado de Madri (1750), o domínio populacional lagunense estava fadado a desaparecer, quando os Campos de Viamão sofreriam seu primeiro sobressalto, ocasionado pela chegada dos imigrantes açorianos, que foram enviados ao sul da América para povoar a região missioneira, que àquela altura, conforme previa o dito tratado, passaria para a jurisdição portuguesa. Os trabalhos de demarcação foram demorados e acabaram, como se sabe, não sendo efetivados, o que levou o contingente açoriano a ficar espalhado pelo Continente, mormente na Vila do Rio Grande, mas também pela região de Viamão, onde sua presença teve um grande impacto demográfico.

O mais antigo levantamento populacional que dispomos é o rol dos confessados da freguesia de Viamão, datado de 1751, mas que retrata uma situação de crescimento demográfico que remontava à década anterior. Neste censo paroquial, o vigário anotou que havia 132 fogos com quase oitocentas almas. Os dados surpreendem pelo elevado número de escravos: de fato, passadas somente duas décadas do início do seu povoamento, a freguesia apresentava mais de 42% da sua população composta por cativos

³⁶ QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande, Ed. da Furg, 1987, p. 58. Segundo esta autora, os primeiros colonistas chegaram a Rio Grande em 1738.

de origem africana. Por outro lado, os cativos indígenas perfaziam somente cerca de 3% da população, o que nos indica o gradual desaparecimento da «administração particular» entre os primeiros povoadores da freguesia. O levantamento paroquial permite assim entrever uma sociedade fortemente dependente da mão-de-obra cativa, especialmente africana. A escravidão indígena, muito praticada pelos pioneiros lagunenses, aparece de forma residual, na existência de duas dezenas de índios administrados dispersos nos plantéis da freguesia.

A extensa área da freguesia de Viamão aparecia bastante dividida, nos meados do século XVIII. O pároco subdividiu a paróquia em dez «distritos», que compunham na verdade as diversas localidades pertencentes aos vastos Campos de Viamão e que posteriormente dariam origem às novas freguesias do Continente, como Triunfo, Santo Antônio, Taquari e Vacaria, entre outras. Os dados demonstram claramente a pulverização dos primeiros moradores pela vasta freguesia. Por outro lado, somente três localidades abrigavam a metade dos fregueses: o Arraial, o Morro Santana e Guarda de Viamão. No «núcleo urbano» da freguesia havia um número reduzido de moradores efetivos. A maior localidade não era o Arraial, onde se situavam a Capela e as casas dos principais moradores, que ficavam no seu entorno, mas sim aquela conhecida como a Guarda de Viamão, onde estava localizado o registro (posto fiscal), um ponto de passagem praticamente obrigatório para quem entrava ou saía dos Campos de Viamão. Desde a década de 1730 o governo português mantinha uma guarda nesta região, responsável pela cobrança dos tributos, especialmente sobre o gado em pé que era levado pelos condutores de tropas para as capitânicas do Sudeste. Mais tarde, em 1763, a «Guarda Velha» se tornaria a freguesia de Santo Antônio da Patrulha³⁷. Destacavam-se na freguesia também as localidades de Morro Santana, a mais próxima do arraial, e aquelas situadas mais ao oeste, nas regiões dos rios dos Sinos e Caí, onde em 1757 seria ereta a freguesia de Triunfo, a primeira a desmembrar-se de Viamão.

Apesar de a ocupação dos Campos de Viamão ser mais antiga em cerca de meia década em relação ao presídio do Rio Grande, tratava-se de um empreendimento em grande parte realizado por particulares, preocupados mais em ganhar dinheiro com o comércio e a criação de gado do que propriamente em representar o papel de defensores dos interesses portugueses na região (embora alguns desses primeiros povoadores também tenham sido militares que sem dúvida serviram aos interesses da Coroa portuguesa). Nesse sentido é que se deve compreender a fundação do Presídio e da povoação de Rio Grande em 1737, situada estrategicamente no canal de entrada da lagoa dos Patos, cujo controle dava acesso ao interior do Continente. A fundação de Rio Grande não estava vinculada somente à necessidade de

³⁷ Para detalhes acerca da Guarda de Viamão e do registro que ali existiu, ver NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre, Ed. Sulina, 1975, pp. 25-30 e 71-76.

apoiar a Colônia de Sacramento, pois tratava-se, na verdade, de um plano já discutido e preparado há algum tempo entre as autoridades coloniais e metropolitanas. Sob essa ótica é que se deve compreender a expedição (ou «frota») de João de Magalhães, enviado ao Rio Grande em 1725. O capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, financiou a expedição, que tinha como um dos seus objetivos principais garantir a permanência do fluxo de gado que vinha dos territórios espanhóis. Este é um bom exemplo da colaboração prestada pelos poderes locais da Colônia às autoridades da Metrópole, que ainda não visava assegurar efetivamente o território, mas materializar a presença e o interesse português pelo Continente.

A fundação de Rio Grande contou com diferentes tipos de povoadores, além dos militares que serviam no Presídio. Dentre os povoadores indígenas, destacam-se dois contingentes principais, um composto por índios aldeados enviados de São Paulo e outro, pelos tapes (guaranis) missioneiros. Nesse primeiro momento, não ocorreu uma aproximação maior com os minuanos, que permaneceram totalmente fora do controle dos portugueses. Quanto aos contingentes de povoadores brancos, destacaram-se os espanhóis (tropeiros e peões), além de moradores civis da Colônia de Sacramento e gente do Rio de Janeiro. Diferentemente dos Campos de Viamão, em Rio Grande não existiu uma corrente de povoamento lagunense, já que, a essa altura (1738), a vila de Laguna não contava mais com um excedente populacional disponível. A efetiva ocupação da região do canal se deu na conjuntura de guerra entre portugueses e espanhóis, que, na região do Prata, se concentrava na Colônia de Sacramento. Uma expedição enviada pela Coroa, destinada originalmente a ocupar a região de Montevideú, acabou ocupando as duas margens da barra do Rio Grande no início de 1737, sob o comando do brigadeiro José da Silva Pais, que seria o primeiro comandante do novo território lusitano³⁸. Por ser uma região em disputa, Portugal utilizou uma forma híbrida de colonização em Rio Grande: ao mesmo tempo que era uma fortaleza militar, era também uma colônia de povoamento.

O governo do segundo comandante militar do presídio, André Ribeiro Coutinho (1737-1740) foi marcado pela tentativa de consolidação do domínio lusitano na região. Segundo Charles Boxer, Coutinho era um «veterano das guerras da Hungria e da Índia portuguesa», um dos defensores de primeira linha do Sacramento e pioneiro do Rio Grande do Sul. Serviu na guerra de Sucessão espanhola e na expedição contra os turcos, na ilha de Corfu. Em 1723 foi transferido para a Índia, onde ficou até 1734. Teria chegado ao Rio Grande de São Pedro em 1737, com a patente de coronel, acompanhando a expedição de José da Silva Pais. Após ter deixado o governo, no final de 1740, chegou a ser comandante da guarnição militar

³⁸ Para detalhes biográficos, ver PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Pais – Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC / FCC Edições; Rio Grande, Ed. da FURG, 1988.

do Rio de Janeiro³⁹. Nos legou uma saborosa descrição do Rio Grande nos primeiros tempos, além de ser autor de um «Memória» (1740), onde deixou importantes instruções para o seu sucessor acerca da governança do Rio Grande de São Pedro⁴⁰.

O novo comandante seria Diogo Osório Cardoso (1741-1752), cujo governo foi bastante atribulado. O episódio mais conhecido da sua administração refere-se a uma revolta do Regimento dos Dragões, ocorrida em um momento de grande dificuldade para a manutenção do presídio do Rio Grande. A historiografia regional caracteriza o movimento como uma revolta eminentemente militar, mas há dois aspectos a considerar neste enfoque. Primeiro, que não foi um movimento só de Dragões, e este corpo era, inclusive minoritário; foi também um movimento de Infantaria e da Artilharia. Segundo, que analisar este acontecimento sob o ponto de vista estritamente militar, é desprezar a sua forte dimensão social. A revolta dos Dragões configura nitidamente uma revolta de cunho social, a primeira do Brasil Meridional. Existem testemunhos de que a população civil não apenas apoiou, como participou ativamente do levante, que expressava o estado de penúria e desabastecimento vigentes na região. No diário de dois náufragos ingleses que se encontravam na época em Rio Grande consta que «o povo tem estado, há vários dias, sem farinha, que é do que fazem o seu pão». O estoque que havia, considerando-se o número de pessoas a serem mantidas por ele era, de fato, muito escasso, e não duraria mais de seis semanas. Um mês depois, anotavam os ingleses no seu diário que «faz vários dias que o povo está agitado, porque o navio não chega, apesar do vento ter estado favorável há mais de três semanas; a escassez de mantimentos torna-o receoso do futuro»⁴¹.

Na realidade, o povo e os soldados da povoação de Rio Grande fundiam-se em praticamente um único corpo social, na medida em que pertenciam às camadas subalternas as mulheres, amantes e os filhos dos soldados, que constituíam a quase totalidade da população. A pauperização dos soldados anulava as prerrogativas de suposta participação na casta mili-

³⁹ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-riograndense*. Volume I, pp. 380-381; BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 260-261 e 327.

⁴⁰ Em uma carta de setembro de 1737, Coutinho definia o Rio Grande como a *terra dos muitos*: «Porque aqui há muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real, muita perdiz, muito jacum, muito laticínio, muito ananás, muita courama, muita madeira, muito barro, muito bálsamo, muita serra, muito lago e muito pântano; no verão, muita calma, muita mosca, muita motuca, muito mosquito, muita polilha, muita pulga; no inverno, muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão, e, com todo o tempo, muito trabalho, muita faxina, muito excelente ar, muito boa água, muita esperança, muita saúde para servir a Vossa Mercê...». Cf. CESAR, G. *Primeiros cronistas...*, pp. 110-111. Para a «Memória dos serviços prestados pelo Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho no Governo do Rio Grande de São Pedro», dirigida a Gomes Freire de Andrade, ver AHU-RJ (Castro Almeida), n.º 16839.

⁴¹ John Bulkeley e John Cummins. *Uma viagem aos mares do Sul*, apud CESAR, *op. cit.*, pp. 133-139.

tar; esta era, na prática, formada apenas pela oficialidade, cujos membros estavam identificados diretamente com os setores dominantes da colônia e da Metrópole. Na essência, o movimento não visava «usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de Sua Majestade», mas por fim às arbitrariedades a que eram submetidos, sob a administração de Diogo Osório Cardoso. Entre as proibições impostas, constava que não podiam ter cavalos, nem locomover-se livremente, sem autorização dos oficiais. Além disso, eram trancafiados no Presídio durante a noite e submetidos à mostras e castigos físicos. Para agravar a situação, a Fazenda Real não fornecia a ração de carne e de farinha: no final de 1741, a ração recebida era uma espiga de milho por dia, mais uma abóbora a cada quinze dias⁴².

Somente em fins de 1751, a povoação do Rio Grande seria elevada à categoria de Vila, com a instalação de uma Câmara e a institucionalização do domínio político lusitano. Durante toda a primeira metade do século XVIII o território do atual Rio Grande do Sul não conheceu a presença da instituição típica da representação do poder local no Império português, qual seja, uma Câmara representativa da autoridade municipal. Desde a criação da vila de Laguna em 1714, todo o território meridional estava sujeito às «justiças» emanadas do pequeno burgo catarinense. Teoricamente, os moradores de Rio Grande também deviam estar submetidos à jurisdição da Câmara lagunense. Todavia, os conflitos entre os governadores militares do Rio Grande e os oficiais de Laguna foram bastante comuns, o que nos sugere que a criação de uma Câmara em Rio Grande tenha sido uma decorrência destes conflitos jurisdicionais⁴³.

De fato, parece que houve uma certa resistência à criação de uma vila no presídio, já que a provisão régia datada de 17.07.1747 determinava a imediata instalação de uma Câmara, o que somente aconteceu em dezembro de 1751. Uma explicação para esta demora pode estar no peso político dos oponentes. Um destes adversários da criação da vila era ninguém menos do que o próprio Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro e responsável também pela administração dos territórios meridionais. Respondendo a uma consulta do Conselho Ultramarino, ele procurou dissuadir a Coroa da pretensão de criar uma vila, afirmando que «a maior parte de que se forma o presídio do Rio Grande de São Pedro são as tropas de sua guarnição que se tem povoado, mas os moradores paisanos vivem muitos nas estâncias ou sesmarias, em que se estabeleceram, *que ser*

⁴² QUEIROZ, *op. cit.*, pp. 72-73.

⁴³ Em uma carta escrita a 24.07.1745 pelo ouvidor de Paranaguá ao Conselho Ultramarino aparece a seguinte informação: «Entrara o dito coronel [Diogo Osório Cardoso, comandante do presídio do Rio Grande] com o especioso mas afetado título da conservação do país na idéia de impedir em todo aquele continente as execuções das justiças da vila de Laguna e por consequência das daquela ouvidoria». *Documentos Históricos*, vol. 94, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 123.

ou não ser vila aquele estabelecimento pouco aumenta o bem público e o serviço de V.M.». Todavia ao Conselho pareceu ser conveniente a criação da vila, devido à «grande distância em que o Rio Grande de São Pedro fica da vila de Laguna». Outro adversário notório da criação de uma vila era o comandante Diogo Osório Cardoso, que cioso de suas prerrogativas entrou várias vezes em conflito com as autoridades judiciárias da comarca de Paranaguá. A primeira vila sul-riograndense somente foi instalada sob os auspícios do novo ouvidor da comarca de Santa Catarina, recém criada. Alguns meses depois da instalação da vila, Osório era substituído na comandância pelo tenente-coronel Pascoal de Azevedo (1752-1760)⁴⁴. Inaugurava-se nova conjuntura, marcada pela vinda de Gomes Freire ao Sul e ao início das tentativas de demarcação do Tratado de Madri. Se na primeira metade do século XVIII o território sulino foi incorporado de maneira inequívoca ao Império português, na segunda metade ocorreria a consolidação desta ocupação, marcada pela elevação da importância da capitania do Rio Grande de São Pedro e pelo abandono temporário das pretensões platinas.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luís Felipe. «Le versant brésilien de l'Atlantique-Sud: 1550-1850» in: *Annales*, ano 61, n.º 2, março-abril de 2006, pp. 339-382.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
- BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-riograndense*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, vol. 1 (1973) e 2 (1976).
- BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo, Editora Nova Fronteira, 2000, 3.ª edição.
- CANABRAVA, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, Boletim XXXV, 1944.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período colonial*. Porto Alegre, Editora Globo, 1970.
- _____. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1981, 2.ª ed.
- DALL'ALBA, João Leonir. *Laguna antes de 1880 – Documentário*. Florianópolis, Ed. Lunardelli/UEDESC, 1976.
- FLORES, Moacyr. «Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão». *Estudos Ibero-Americanos*. v. XXV, n.º 2, dez. 1999, pp. 199-200.
- FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 2001, 2.ª ed.[1.ª ed.: 1940].
- GALVÃO, Manuel do Nascimento da Fonseca. *Notas geográficas e históricas sobre a Laguna, desde sua fundação até 1750*. Desterro, Typ. De J. J. Lopes, 1884.

⁴⁴ MIRANDA, Márcia E. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre, CORAG, 2000, p. 55; *Documentos Históricos*, vol. 94, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951 pp. 130-131.

- GONZÁLEZ LEBRERO, Rodolfo E. *La pequena aldea – Sociedad y economia en Buenos Aires (1580-1640)*. Buenos Aires: Biblos, 2002.
- JUMAR, Fernando A. *Le commerce atlantique au Rio de la Plata (1680-1778)*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2000.
- LACERDA, Arthur Virmond de. *As Ouvidorias do Brasil Colônia*. Curitiba, Ed. Juruá, 2000.
- MIRANDA, Márcia E. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre, CORAG, 2000.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1937.
- MONTEIRO, Nuno. «D. Pedro II regente e rei (1668-1706). A consolidação da dinastia de Bragança» in: HESPAÑA, António M. (coord.) *História de Portugal*, volume 4, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 410-413.
- PERUSSET, Macarena. *Contrabando y Sociedad em el Rio de la Plata colonial*. Buenos Aires: Dunken, 2006.
- PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes – Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC / FCC Edições; Rio Grande, Ed. da FURG, 1988.
- POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento – Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa, Editora Livros do Brasil, 2006.
- PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, F. P. Prado, 2002.
- PUJOL, Xavier Gil. «Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII» in: *Penélope*. n.º 5, 1991.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande, Editora da FURG, 1987.
- RHEINGANTZ, Carlos. «Povoamento do Rio Grande de São Pedro: a contribuição da Colônia do Sacramento» in: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Volume II, Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979, pp. 11-524.
- RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial*. Porto Alegre, Edipucrs, 1994.
- SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata (1737)*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negreiro*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.
- SAMPAIO, Antônio C. J. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SOUZA, Laura de Mello e. «Os motivos escusos: Sebastião da Veiga Cabral» in: *O Sol e a Sombra – Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 253-283.
- TAUNAY, Afonso de E. *Em Santa Catarina colonial – Capítulo de história do povoamento*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- TRUJILLO, Oscar José. «Facciones, parentesco y poder: la elite de Buenos Aires y la rebelión de Portugal de 1640» in: CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.) *Las redes del Imperio – Elites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica*. 2007 (no prelo).